

O Racismo e o Iluminismo*

Ian Buruma**

O artigo abaixo apresenta uma reflexão interessante sobre a relação entre iluminismo e racismo numa perspectiva que pode ser denominada “universalista”, na falta de um nome melhor e de um posicionamento mais claro e explícito do seu autor. Alguns pontos são corretos, outros incorretos. Por isso a Revista Marxismo e Autogestão publica o artigo e apresenta a presente nota introdutória, bem como o texto seguinte de Marcus Gomes realizando uma análise crítica e apresentando outro posicionamento e expressando concordâncias e discordâncias.

O Iluminismo pode significar várias coisas: um conjunto díspar de pensadores, especialmente do século XVIII, que desafiaram o dogma religioso substituindo-o pela razão filosófica; ou um conjunto mais ou menos coerente de valores baseados, em linhas gerais, no secularismo e na liberdade intelectual. Os críticos de tudo o que está associado ao Iluminismo – de Joseph de Maistre (1753-1821), o pensador reacionário francês, até, por exemplo, William Barr, ex-procurador-geral dos EUA – geralmente vêm da direita. Seu medo é que a perda da autoridade religiosa leve à turbulência moral e à desordem social.

Mas, em nossos dias, os legados do Iluminismo também são criticados pela esquerda. Seus críticos procuram relacionar o iluminismo e o ensino dos clássicos greco-latinos ao racismo. Tais afirmações foram repetidas em um artigo recente no The New York Times sobre Dan-el Padilla Peralta, historiador de Princeton especializado na Roma antiga e crítico negro da educação clássica. Ele acredita que os clássicos ajudaram a criar o racismo branco. Ou, nas palavras de Rachel Poser, autora do artigo, “o Iluminismo criou uma hierarquia na qual a Grécia e Roma, codificadas como brancas, estavam no topo, e todo o resto estava embaixo”. Para incluir outras vozes “marginalizadas” e combater a supremacia branca, diz o argumento, é preciso repensar e, se necessário, abolir essas tradições intelectuais.

* Tradução de Marcus Gomes.

** Ian Buruma é escritor e editor holandês que vive e trabalha nos Estados Unidos, autor de diversos livros.

Repensar as coisas nunca é uma má ideia. E é verdade que o mundo clássico e o iluminismo têm sido frequentemente usados como fetiches para promover todos os tipos de projetos, incluindo o imperialismo europeu, a superioridade cultural do Ocidente e a própria fundação dos Estados Unidos (basta olhar para a arquitetura neoclássica de Washington, D.C.) Muitas dessas coisas foram feitas em nome do liberalismo, um credo que surgiu a partir do Iluminismo.

A questão é se é realmente esclarecedor focar esse problema na raça. Os críticos que veem o liberalismo como um disfarce vergonhoso para o colonialismo e o racismo gostam de apontar que pensadores iluministas como Voltaire tinham visões sobre os africanos que são justamente consideradas repreensíveis hoje. Muito provavelmente, a crença de Voltaire na inferioridade intelectual dos povos africanos teria sido compartilhada pela maioria de seus pares na Europa do século XVIII. Mas projetar raça, ou “branquitude”, na era de Voltaire é entender mal uma parte vital do Iluminismo, que é sua curiosidade intelectual. A preocupação com os outros, especialmente com as culturas não ocidentais, era tão importante quanto desafiar as verdades sagradas que os sacerdotes divulgavam. A primeira tradução europeia do sânscrito *Bhagavad Gita* foi publicada em 1785. Esse tipo de trabalho não foi feito com desejo de exotismo, mas de erudição.

Voltaire pode ter falado mal dos africanos, mas era um ávido leitor de Saadi, o poeta persa do século 13. Assim como outros escritores do Iluminismo, como Diderot. Voltaire também era cheio de elogios à China, que considerava uma civilização superior governada por filósofos seculares – superior, então, à França de seu tempo, que ainda era governada pela Igreja e por um rei tirânico, supostamente escolhido por Deus. Voltaire foi apenas um em uma longa linhagem de intelectuais europeus, chegando até os maoístas parisienses dos anos 1960, que aplaudiam culturas distantes para criticar sua própria cultura.

O problema com o Iluminismo, ou pelo menos com a forma como sua tradição tem sido usada, não era tanto sua “branquitude”, mas sua pretensão de ser universal. Isso fazia parte do ideal cosmopolita, segundo o qual a razão humana não estava confinada a uma determinada cultura ou raça. As duas democracias ocidentais que foram fundadas como resultado de revoluções baseadas na liberdade e na razão foram a França e os Estados Unidos. Em ambos os países há pessoas que afirmam a universalidade desses valores. Os fundadores de ambos os países eram filhos do Iluminismo. E os líderes de ambos os

países, de Napoleão a George W. Bush, acreditavam que suas nações tinham a missão de espalhar a liberdade universal entre os povos menos esclarecidos.

Isso levou a muitas guerras sem sentido, cujas consequências sentimos até hoje. Mas a reivindicação de universalidade não teve apenas resultados negativos. Para os construtores dos impérios britânico ou holandês, era difícil acreditar que um asiático ou um africano pudesse ser tão versado em culturas europeias quanto os britânicos e holandeses eram em culturas asiáticas ou africanas. Os franceses, por sua vez, não tinham objeção a admitir o escritor senegalês Léopold Senghor na *Académie Française*. Afinal, a civilização francesa era considerada universal. Em tese, qualquer pessoa – preta, parda ou branca – poderia participar.

Isso poderia significar problemas para os africanos que escreviam em francês. Às vezes, eram considerados traidores culturais que haviam se vendido ao poder colonial. E o histórico da França em relação à tolerância racial está longe de ser irrepreensível. Mas, em teoria, a ideia francesa de civilização é inclusiva. Não havia civilização alemã, não havia civilização inglesa: eles têm culturas. Os Estados Unidos, por outro lado, são mais parecidos com a França. A ideia de que os americanos vão aceitar um imigrante como seu compatriota é um clichê, e nem sempre é verdade. Mas é mais verdade nos Estados Unidos do que em qualquer país europeu.

As consequências negativas dessa reivindicação de universalidade são igualmente claras. As pessoas não gostam quando países mais poderosos lhes impõem suas crenças e valores, especialmente pela força. Napoleão não tinha o direito de subjugar outras nações, defendendo as virtudes superiores da liberdade, igualdade e fraternidade. As tentativas dos EUA de invadir outros países em nome da democracia foram igualmente equivocadas. Impor a universalidade por golpes nunca é uma boa ideia.

Na Alemanha do século 19, as conquistas de Napoleão provocaram uma reação defensiva associada ao romantismo. Em vez de valores universais e do racionalismo francês, as pessoas decidiram valorizar o “espírito” alemão: a beleza da pátria, a alma da língua alemã, e assim por diante. Foi, deliberadamente, uma resposta provinciana a um conceito abrangente, que produziu muita poesia encantadora e algumas pinturas sublimes da natureza. Também produziu um tipo mais perigoso de nativismo: o da exclusão daqueles que não eram considerados descendentes de um sangue e solo comuns. Não há lugar nela para a ideia de civilização, e cultura torna-se sinônimo de raça.

Acho que muito do que hoje chamamos de “política de identidade” tem suas raízes, particularmente nos Estados Unidos, em um conflito semelhante. Cada vez mais pessoas sentem que lhes está a ser imposto um conjunto de valores: uma civilização. É uma civilização vagamente baseada no iluminismo, no liberalismo, nos clássicos e, sobretudo, na “branquitude”. Para os muitos americanos que se sentem excluídos deles, a afirmação de que esses valores são universais é tão chocante quanto para os alemães que estavam sob o domínio napoleônico. O velho ideal do “*melting pot*” é cada vez mais entendido como assimilação forçada em um “*melting pot* branco”. Negros, asiático-americanos, latinos e outros gostariam de recuperar seus próprios valores, culturas e representações; suas próprias “almas”.

O principal problema é a confusão entre raça, identidade étnica e cultura. Como entender um conceito como “asiático-americanos”? Em termos raciais, uma pessoa de origem indiana não tem nada em comum com uma pessoa de família coreana ou tailandesa. Também não partilham uma cultura. Sua única experiência comunitária é sociológica: é a experiência de ser excluído, de ser apontado como “outro”, de não ser visto ou ouvido no mundo branco.

A questão, então, é como fazer com que as pessoas não brancas que vivem em um país ocidental se sintam culturalmente incluídas. Se a tradição clássica ou os legados do Iluminismo são definidos como pessoas brancas, qual é a tradição cultural dos asiático-americanos, ou latinos? É espanhol, chinês, asteca ou indonésio? Qualquer um deles poderia ser o de alguns asiático-americanos ou latinos, mas nunca o de todos eles. E uma soma de queixas compartilhadas não constitui uma cultura. O que corremos o risco de perder com a reação ao que é visto como “cultura branca” é a melhor parte da tradição iluminista: seu profundo interesse não em diferentes grupos e raças, mas nas altas culturas que podem ser compartilhadas.

Muito se escreve na mídia progressista sobre as visões políticas e expressões artísticas das minorias que vivem no Ocidente, mas muito menos sobre as culturas de onde elas vêm. O ensino de línguas e literaturas estrangeiras está em declínio nas universidades. Nos grandes jornais, as páginas de arte – aquelas que ainda existem – dedicam muito mais espaço aos esforços para diversificar as instituições culturais americanas do que às culturas não ocidentais, ou mesmo não americanas. Há muitas razões para isso, e talvez algumas sejam justificadas. Mas focar na etnia e na cor da pele em detrimento da cultura tem muito a ver com isso.

O melhor argumento para continuar a ler Homero, Ovídio, Shakespeare ou Jane Austen não é ensinar as pessoas a pensar como pessoas brancas. Pelo contrário, o fato de esses escritores serem brancos é sua faceta menos interessante. Devemos lê-los porque eles expressam uma humanidade comum. O mesmo se pode dizer de Du Fu, o poeta chinês do século VIII, ou do melhor da poesia persa ou árabe, ou de A História de Genji, de Léopold Senghor ou James Baldwin. Todos eles são importantes não porque representam as vozes de diferentes “comunidades”, mas porque qualquer um pode reconhecer algo de si mesmo nelas.

A veneração excessiva de identidade, raça, classe social ou nação é típica de uma perspectiva estreita e provinciana, e é sempre empobrecedora. Grandes civilizações vêm de misturas, não de representações exclusivas. Essa talvez seja a lição a ser aprendida com os pensadores do Iluminismo. Eles podem ter tido todos os tipos de “pontos cegos” que agora somos capazes de reconhecer em nossa sabedoria incomparável, mas nunca se contentaram com o apego ao lugar onde nasceram. Eles procuraram respostas em toda parte, e o mundo é mais rico por causa disso.